

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos gerais

- 1 — Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para o ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultantes da vivência do cidadão comum.
- 2 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:
 - 2.1 — Regime de férias, faltas e licenças;
 - 2.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
 - 2.3 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
 - 2.4 — Deontologia do serviço público.
- 3 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.

Legislação básica aplicável à preparação da prova de conhecimentos gerais

- Constituição da República Portuguesa.
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Julho — princípios gerais em matéria de emprego público.
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março — férias, faltas e licenças.
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro — estatuto remuneratório.
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar.
Decreto-Lei n.º 111/2003, de 4 de Junho — lei orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Programa de provas de conhecimentos específicos**Noções gerais de direito e de organização política e administrativa do Estado**

- 1 — Órgãos de soberania:
 - a) O Presidente da República;
 - b) A Assembleia da República;
 - c) O Governo;
 - d) Os tribunais.
- 2 — Tipologia dos diplomas — noção elementar de lei, decreto-lei, decreto regulamentar, resolução, portaria e despacho.
- 3 — Código do Procedimento Administrativo — noções gerais.
- 4 — A administração central, regional e local — caracterização.

Expediente e arquivo

- 1 — Principais tipos de documentos — sua identificação.
- 2 — Circuito da correspondência — registo de entrada e saída dos documentos.
- 3 — Arquivo — noção, objectivos e meios materiais.
- 4 — Tipos de arquivo — estático e dinâmico.
- 5 — Prazo de conservação de documentos.
- 6 — Funcionamento do arquivo — entrada e saída dos documentos.
- 7 — Classificação dos documentos e sistemas de classificação — alfabético, numérico, alfanumérico, cronológico, geográfico, ideológico e decimal.
- 8 — Utilização de novas tecnologias no tratamento, processamento e transmissão da informação.

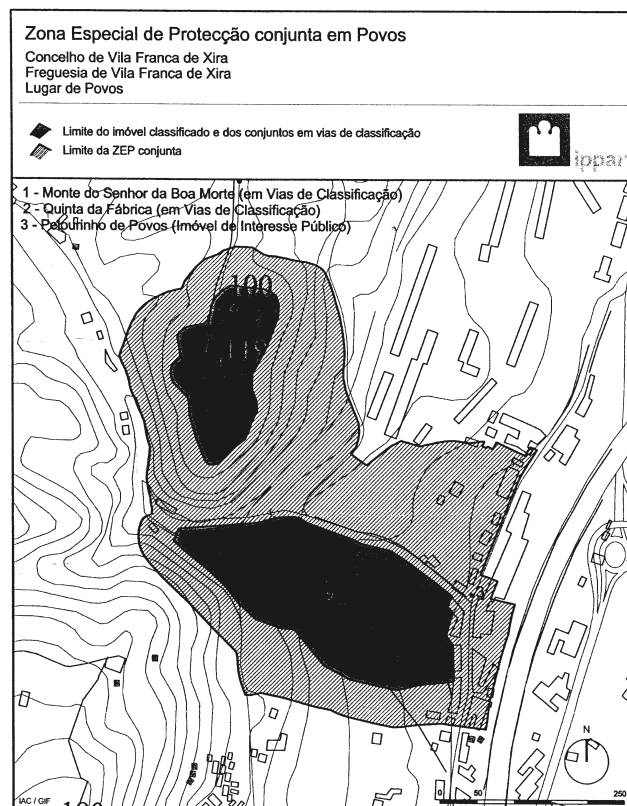
Informática na óptica do utilizador

Utilização da informática na simplificação de procedimentos e rotinas administrativas.

MINISTÉRIO DA CULTURA**Gabinete da Ministra****Portaria n.º 1622/2006**

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e no Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio, determino que seja fixado, conforme a planta anexa a esta portaria, da qual faz parte integrante, o perímetro da zona especial de protecção conjunta dos seguintes bens imóveis sítos em Povos, freguesia e concelho de Vila Franca de Xira: Quinta da Fábrica, em vias de classificação, Pelourinho de Povos, classificado como imóvel de interesse público pelo Decreto n.º 23 122, de 11 de Outubro de 1933, e Monte do Senhor da Boa Morte, em vias de classificação.

4 de Julho de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

**PARTE D****CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA****Despacho (extracto) n.º 20 136/2006**

Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 8 de Setembro de 2006, no uso de competência delegada, a Dr.ª Helena Cristina Ferreira Leitão, juíza de direito da bolsa de juízes do Distrito Judicial de Évora, foi colocada, por urgente conveniência de serviço e até ao próximo movimento judicial, como juíza

auxiliar na bolsa de juízes do Distrito Judicial de Lisboa, com efeitos a partir de 8 de Setembro de 2006, inclusive (posse imediata).

11 de Setembro de 2006. — O Juiz-Secretário, *Paulo Alexandre Pereira Guerra*.

Rectificação n.º 1440/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 17 347/2006, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28